



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA  
GERÊNCIA DE ENGENHARIA

**PROJETO BÁSICO**

**1. OBJETIVO**

- 1.1. Contratação de empresa prestadora de serviços de construção e engenharia para execução de Reforma na Cobertura do Palácio da Justiça.

**2. JUSTIFICATIVA**

- 2.1. O estado de degradação da estrutura de madeira da cobertura requer uma intervenção para que sua função como elemento de suporte do telhamento apresente desempenho adequado ao conjunto.

**3. META FÍSICA**

- 3.1. Atender as necessidades do Palácio da Justiça, no que se refere à funcionabilidade do conjunto da cobertura.

**4. PERÍODO DE EXECUÇÃO**

- 4.1. O prazo previsto para execução dos serviços será de **180 (cento e oitenta)** dias corridos e o prazo de vigência do Contrato deverá ser de 12 (doze) meses. Para cumprimento do prazo de execução, a programação dos trabalhos deverá contemplar se necessário, serviços em horário extraordinário sem custos adicionais para o Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba.

**5. VALOR TOTAL ESTIMADO DO CONTRATO**

**R\$ 297.361,84** (Duzentos e noventa e sete mil, trezentos e sessenta e um reais e oitenta e quatro centavos).

EMPREITADA: ( ) Preço Global ( x ) Preço Unitário  
ADJUDICAÇÃO DO OBJETO: ( x ) Global ( ) Por Item

- 5.1. Nenhum item da proposta poderá ser cotado a preço superior ao preço unitário definido na planilha orçamentária do Tribunal.  
5.2. Será contratada a empresa que atender as exigências deste Projeto Básico e apresentar proposta de menor valor global.

**6. LOCAL DE EXECUÇÃO**

- 6.1. Palácio da Justiça, localizado na cidade de João Pessoa.

**7. RESPONSÁVEL PELA ESPECIFICAÇÃO**

- 7.1. Gerência de Arquitetura e Gerência de Engenharia do Tribunal de Justiça da Paraíba.

**8. UNIDADE FISCALIZADORA**

- 8.1. Gerência de Engenharia do Tribunal de Justiça da Paraíba.

**9. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS MATERIAS E SERVIÇOS**



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA  
**GERÊNCIA DE ENGENHARIA**

9.1. Apresentada na Parte I, tendo sido elaborada para esta Obra.

## **10. PLANILHA DE ORÇAMENTO**

10.1. Apresentada na Parte II, tendo sido elaborada para esta Obra, a qual servirá de base para elaboração da proposta a ser apresentada pela licitante.

## **11. TERCEIRIZAÇÃO**

11.1. Atendendo ao disposto no Art.72 da Lei 8.666/1993 os seguintes serviços são passíveis de terceirização: execução de confecção de grades e esquadrias em vidro, ferro e alumínio, instalações de forro de PVC e gesso, pavimentação externa, pintura, sinalização e comunicação visual e jardinagem.

11.2. A terceirização de alguns serviços, não exime a contratada da responsabilidade pela qualidade dos serviços, estando os funcionários da terceirizada sujeitos as mesmas regras que o contratado, inclusive trabalhista.

## **12. DA VISTORIA**

12.1. O responsável técnico da empresa, poderá vistoriar previamente as dependências onde serão realizados os serviços, objeto desta licitação, para o conhecimento do objeto licitado, sendo o pré-requisito necessário para a emissão do Termo de Vistoria;

12.2. O Termo de Vistoria (modelo anexo) será fornecido em papel timbrado do próprio Tribunal de Justiça, pelo servidor por este designado;

12.3. A vistoria deverá ser agendada/marcada através de contato com a Gerência de Engenharia, ou Servidor por este designado, até o 3º (terceiro) dia útil que anteceder a data de recebimento e abertura das propostas e deverá portar os documentos comprobatórios, sob pena de não ser emitido o Atestado de Visita pelo TJ-PB, sendo o endereço a ser vistoriado o seguinte:

• <b>LOCAL</b>	• <b>ENDEREÇO / TELEFONE</b>
<b>Palácio da Justiça</b>	<b>Praça João Pessoa, s/nº, Centro.</b>

12.4. Após a vistoria, não serão aceitas alegações futuras quanto ao desconhecimento de fatos, quantidades, especificações, levantamentos, medições ou quaisquer outros fatores inerentes que venham compor a proposta de preços a ser apresentada;

12.5. Não será realizada vistoria no dia de realização do certame.

Obs.: Caso a empresa licitante opte por não realizar a visita, seu representante legal deverá emitir declaração, em papel timbrado da empresa, relatando que assume todos os riscos e possíveis diferenças entre a planilha e o encontrado no local da execução dos serviços.

## **13. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

13.1 Para a comprovação da capacidade técnica operacional, a licitante deverá apresentar os seguintes documentos:

Inscrição ou Registro no CREA– Conselho Regional de Engenharia e Agronomia ou CAU Conselho Regional de Arquitetura e Urbanismo, da sede da licitante.

Apresentar um ou mais atestado(s), expedidos por órgão da administração pública ou privada, devidamente registrado(s) no CREA ou CAU, acompanhado da(s) respectiva (s) certidão(ões) de Acervo Técnico – CAT, expedida(s) pelo CREA ou CAU de sua jurisdição, que comprove responsabilidade técnica, na sua área de atuação, pela execução de serviços com as características abaixo indicadas,



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA  
**GERÊNCIA DE ENGENHARIA**

cumulativas ou não:

- Tesoura em madeira de lei para telhados, para vão superior a 5m: 01 unidade
- Estrutura de madeira de lei para telhado em telha cerâmica:  $A \geq 350,00 \text{ m}^2$
- Forro em madeira com tábuas:  $A \geq 80,00 \text{ m}^2$
- Forro termoacústico em painéis de lã de vidro:  $A \geq 60,00 \text{ m}^2$
- Calha em chapa de aço galvanizado:  $M \geq 100,00 \text{ m}$

### 13.2 DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA PROFISSIONAL

Declaração direcionada ao certame, expedida pelo PROPONENTE, de que disponibilizará para controle e execução dos serviços, profissional(is) de nível superior com formação em ENGENHARIA CIVIL OU ARQUITETURA, detentores de atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado no CREA ou CAU, acompanhado da(s) respectiva (s) certidão(ões) de Acervo Técnico – CAT, expedida(s) pelo CREA ou CAU de sua jurisdição, que comprovem ter o(s) profissional(is) a responsabilidade técnica, na sua área de atuação, pela execução de serviços com as características abaixo indicadas, cumulativas ou não:

- Tesoura em madeira de lei para telhados, para vão superior a 5m: 01 unidade
- Estrutura de madeira de lei para telhado em telha cerâmica:  $A \geq 350,00 \text{ m}^2$
- Forro em madeira com tábuas:  $A \geq 80,00 \text{ m}^2$

### 14. NORMAS TÉCNICAS APLICÁVEIS E CONTROLE

- 14.1. Além dos procedimentos técnicos indicados nos capítulos a seguir, terão validade contratual para todos os fins de direito, as normas editadas pela ABNT e demais normas pertinentes, direta e indiretamente relacionadas, com os materiais e serviços objetos deste contrato inclusive as Normas de Segurança.

### 15. FISCALIZAÇÃO DA OBRA E SERVIÇO

- 15.1. O CONTRATANTE deverá exigir da CONTRATADA o cumprimento integral de todas as suas obrigações contratuais, observando rigorosamente o estabelecido na legislação em vigor;
- 15.2. O CONTRATANTE deverá fornecer à CONTRATADA os elementos indispensáveis ao início da obra ou serviço, no prazo estabelecido no contrato;
- 15.3. Expedir a Ordem de Serviço nos termos contratuais;
- 15.4. Comunicar ao superior imediato, por escrito, a ocorrência de circunstâncias que possam acarretar a imposição de multas à CONTRATADA, ou mesmo a rescisão do contrato;
- 15.5. Decidir sobre as questões levantadas pela CONTRATADA e comunicar ao superior imediato as soluções adotadas;
- 15.6. A CONTRATADA deverá providenciar Diário de Obra, dotado de páginas numeradas e em três vias, onde serão registradas todas as atividades, ocorrências e demais fatos relevantes relativos aos serviços. O Diário de Obra deverá estar sempre à disposição da Fiscalização, sendo vedada sua retirada do canteiro.
- 15.7. Registrar diariamente no “Diário ou Livro de Ocorrência”, os fatos relativos à execução do contrato, determinando as providências necessárias à correção de falhas ou defeitos observados e pronunciando-se a respeito dos registros efetuados pela CONTRATADA;
- 15.8. Adotar, se preciso for providências junto a terceiros, na ocorrência de dificuldades no transcurso normal da obra ou serviço;
- 15.9. Efetuar, com a presença da CONTRATADA, a análise dos serviços já executados.
- 15.10. Avaliar as medições e faturas apresentadas pela CONTRATADA, atestando-as para pagamento, se for o caso, observando os procedimentos estabelecidos na legislação própria do Tribunal de Justiça da Paraíba e neste Termo de Referência;



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA**  
**GERÊNCIA DE ENGENHARIA**

- 15.11. Comunicar ao seu superior imediato a necessidade de qualquer aditamento ao contrato, encaminhando-lhe as justificativas, por escrito, com todas as informações indispensáveis à formalização do termo aditivo correspondente, observado o disposto na legislação em vigor e nas normas internas do Tribunal de Justiça;
- 15.12. Inspeccionar as obras e verificar as condições de organização e segurança dos trabalhadores e do público, de acordo com a NBR 7678 (Segurança na Execução de Obras e Serviços de Construção), exigindo da CONTRATADA as medidas corretivas que sejam necessárias.
- 15.13. Exigir da CONTRATADA a execução da obra ou serviço, de acordo com os projetos, especificações dos materiais, detalhes e procedimentos de execução constantes nas Normas Técnicas da ABNT e demais Normas Pertinentes;
- 15.14. Exigir da CONTRATADA o cumprimento integral das proposições constantes no contrato;
- 15.15. Promover reuniões com a CONTRATADA para aprovar os métodos construtivos, sugerir modificações, quando for o caso, e procurar resolver os possíveis problemas técnicos não previstos no Ato Convocatório e na documentação integrante do contrato;
- 15.16. As ações de Fiscalização não eximem a Contratada de suas responsabilidades, nem do fiel cumprimento do objeto do contrato;
- 15.17. Solicitar à CONTRATADA a suspensão de quaisquer serviços, em parte ou no todo, que estejam sendo executados;
- 15.18. Exigir da CONTRATADA, que sejam retirados do Canteiro de Obras os materiais que não correspondam às especificações;
- 15.19. Aprovar, rejeitar ou sugerir modificações na programação das obras, determinando as prioridades na execução dos serviços;
- 15.20. Exigir da CONTRATADA a otimização das etapas de construção, quando houver atraso em relação ao cronograma, visando o cumprimento dos prazos contratuais;
- 15.21. Acompanhar o cronograma físico-financeiro, mantendo o Tribunal sempre informado do andamento dos trabalhos, mediante relatórios detalhados.

## **16. PENALIDADES**

- 16.1. Conforme estabelecida na Minuta de Contrato.

## **17. RECEBIMENTO DE OBRA E DE SERVIÇO**

- 17.1. Caberá a CONTRATADA comunicar ao Tribunal, a conclusão das obras ou serviços, solicitar o Recebimento Provisório das etapas concluídas e, posteriormente, o Recebimento Definitivo;
- 17.2. No caso de rejeição do pedido de recebimento, a fiscalização dará ciência a CONTRATADA, por escrito, das razões da rejeição, solicitando-lhe que sejam corrigidas as deficiências apontadas, ou, no caso de pequenos reparos, emitir o Termo de Recebimento Provisório, com registro de pendências a serem corrigidas, estipulando-se o prazo para sua correção;
- 17.3. O Termo de Recebimento da obra ou serviços será emitido pela Gerência de Engenharia do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba;
- 17.4. A emissão do Termo Provisório ou Definitivo não eximirá a CONTRATADA de suas responsabilidades, definidas no Código Civil.

## **18. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

A CONTRATADA fica obrigada a:

- 18.1. Cumprir rigorosamente as normas da ABNT, as Normas de Medicina e Segurança do Trabalho e demais normas e regulamentos pertinentes;
- 18.2. Fornecer à Gerência de Engenharia do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba o nome, a



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA**  
**GERÊNCIA DE ENGENHARIA**

função e os números dos documentos de identificação dos empregados designados a executar os serviços contratados;

- 18.3. Disponibilizar somente pessoal capacitado para o desempenho dos serviços;
- 18.4. Responsabilizar-se por qualquer dano pessoal e/ou material causado à Contratante ou a terceiros, por culpa, dolo, negligência ou imprudência de seus empregados, bem como pelo pagamento de salários, encargos sociais e trabalhistas, tributos e demais despesas eventuais, decorrentes da prestação dos serviços;
- 18.5. Responsabilizar-se pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, seguro de acidentes, contribuições previdenciárias, impostos e quaisquer outras que forem devidas e referentes aos serviços executados por seus empregados, uma vez que os mesmos não têm vínculo empregatício com a Contratante;
- 18.6. Ceder a Gerência de Engenharia do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, na forma prevista no artigo 111 da lei nº 8.666/1993, todos os direitos sobre os relatórios, desenhos esquemáticos e demais documentos elaborados à luz do contrato;
- 18.7. Providenciar, em até 05 (cinco) dias úteis após a assinatura da Ordem de serviço, a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) dos serviços junto ao CREA-PB, apresentando para a Gerência de Engenharia do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba um das vias desse documento.
- 18.8. Fornecer todos os instrumentos, ferramentas e mão-de-obra, necessários à execução dos serviços contratados;
- 18.9. Fornecer os uniformes e EPIs (equipamentos de proteção individual) a todos os seus funcionários envolvidos na prestação dos serviços, bem como disponibilizar os EPCs (equipamentos de proteção coletiva) necessários, de acordo com as normas em vigor;
- 18.10. Zelar para que os seus funcionários envolvidos na prestação dos serviços apresentem-se uniformizados, devidamente identificados e portando os EPIs e observem as normas disciplinares determinadas pela Contratante.

## **19. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

- 19.1. Cumprir os compromissos financeiros assumidos com a Contratada, efetuando todos os pagamentos devidos de acordo com as condições de prazo e preços pactuados no Contrato;
- 19.2. Fornecer e colocar à disposição da Contratada, todos os elementos e informações que se fizerem necessários à boa execução dos serviços;
- 19.3. Permitir o acesso dos profissionais da Contratada aos locais de execução de serviços;
- 19.4. Notificar, formal e tempestivamente, a Contratada sobre as irregularidades observadas no serviço;
- 19.5. Notificar a Contratada, por escrito e com antecedência, sobre multas, penalidades ou qualquer débito de sua responsabilidade;
- 19.6. Proporcionar todas as condições para que a Contratada possa desempenhar seus serviços dentro das normas do Contrato;
- 19.7. Conferir toda a documentação gerada e apresentada durante e após a execução dos serviços a fim de que sejam adotadas medidas corretivas.

## **20. PAGAMENTO**

- 20.1. O pagamento será efetuado após a execução de cada etapa dos serviços, consoante o cronograma físico-financeiro e medições;
- 20.2. A Contratada deve apresentar, após o recebimento da Nota de Empenho, Nota Fiscal de Serviços, em 02 (duas) vias, emitidas e entregues ao setor responsável pela fiscalização do contrato para fins de liquidação e pagamento da execução do serviço.
- 20.3. Somente serão pagos os quantitativos efetivamente medidos pela fiscalização, em conformidade com os preços unitários da planilha orçamentária. Não serão aprovados pela FISCALIZAÇÃO, serviços executados de forma incompleta, tampouco pretensão de pagamento de



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA  
**GERÊNCIA DE ENGENHARIA**

material simplesmente adquirido ou posto na obra.

- 20.4. A discriminação e quantificação dos serviços considerados na medição deverão respeitar rigorosamente as unidades de medição, os preços unitários e os quantitativos do Orçamento Detalhado anexo ao contrato.

## **21. DISPOSIÇÕES FINAIS**

- 21.1. As providências e os ônus, quando for o caso, necessários para registros e legalização do contrato, serão de exclusiva responsabilidade do CONTRATADO, com exceção da publicação no Diário Oficial do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba.
- 21.2. A minuta do contrato deverá ser assinada pelo representante do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba e pelo CONTRATADO, contendo todos os elementos cabíveis, definidos na lei em vigor e integrará, obrigatoriamente, o Edital.
- 21.3. O CONTRATADO manterá, no canteiro de obras ou serviços, equipamentos suficientes para prevenção e combate a incêndios, compatíveis com a classe e risco da obra ou do serviço contratado.
- 21.4. A CONTRATADA deverá manter um arquivo completo e atualizado de toda a documentação pertinente aos trabalhos, incluindo o Contrato, Especificações Técnicas, Projetos, Orçamento, Cronogramas, Correspondências e Relatórios de Andamento das Atividades;
- 21.5. Se houver divergência inconciliável entre a CONTRATADA e a fiscalização, a CONTRATADA pode recorrer ao Tribunal, que irá analisar o pedido e deliberar para as providências cabíveis;
- 21.6. Ao assinar o contrato e receber a respectiva ordem de execução de serviço, a CONTRATADA deverá efetuar uma análise minuciosa de todo o objeto contratual, a ser fornecido na ocasião pelo Tribunal de Justiça, buscando elucidar junto à Fiscalização, no início dos trabalhos, toda e qualquer dúvida sobre detalhes construtivos, materiais a serem aplicados e possíveis interferências que porventura não tenham sido suficientemente esclarecidas.
- 21.7. As informações especificadas na planilha orçamentária, especificações técnicas, composição de custos e desenhos, devem ser analisadas conjuntamente pela Contratada, pois uma é complemento da outra.
- 21.8. Qualquer divergência entre a planilha orçamentária e projetos, a CONTRATADA deverá considerar em primeiro lugar as especificações contidas nos projetos, e caso não haja especificações, recorrer a CONTRATANTE para que as dúvidas sejam dirimidas.
- 21.9. As empresas participantes do processo licitatório devem apresentar os seguintes documentos:
- Planilha Orçamentária;
  - Cronograma Físico-Financeiro;
  - Composição de preços unitários;
  - BDI e Encargos Sociais.
  - Acervo técnico compatível com o objeto deste certame.

## **22. PARTE INTEGRANTE DESTES PROJETO BÁSICO**

PARTE I – ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS E MATERIAIS

PARTE II – PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

PARTE III – COMPOSIÇÃO DE PREÇO

PARTE IV – CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO, B.D.I. E ENCARGOS SOCIAIS

PARTE V – MODELO DE PLANILHA

PARTE VI – MODELO DE TERMO DE VISTORIA

PARTE VII – MODELO DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE VISTORIA



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA  
**GERÊNCIA DE ENGENHARIA**



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA  
**GERÊNCIA DE ENGENHARIA**

PARTE I – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA  
**GERÊNCIA DE ENGENHARIA**

PARTE II – PLANILHA ORÇAMENTÁRIA



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA  
**GERÊNCIA DE ENGENHARIA**

PARTE III – COMPOSIÇÃO DE PREÇO



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA  
**GERÊNCIA DE ENGENHARIA**

PARTE IV – CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO, B.D.I. E ENCARGOS SOCIAIS



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA  
**GERÊNCIA DE ENGENHARIA**

PARTE V – MODELO DE PLANILHA



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA  
**GERÊNCIA DE ENGENHARIA**

PARTE VI – MODELO DE TERMO DE VISTORIA

**(Timbre da Empresa)**

**MODELO DE TERMO DE VISTORIA**

Atestamos que, \_\_\_\_\_ Responsável Técnico da empresa \_\_\_\_\_, realizou na data de \_\_/\_\_/20\_\_, a vistoria referente ao Certame denominado \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_, cujo objeto é a Contratação de Empresa para **Obra de Reforma na Cobertura do Palácio da Justiça**, declarando o mesmo, para os fins que se façam necessários que em nome da empresa, tomou pleno conhecimento das condições locais e dos equipamentos, abdicando assim a empresa a qual representa, do direito de alegar desconhecimento acerca de qualquer dificuldade que porventura venha a surgir no transcorrer da execução dos serviços objeto do presente certame.

\_\_\_\_\_  
Responsável da Empresa

João Pessoa, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2016.

(Endereço, telefones, e-mails)



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA  
**GERÊNCIA DE ENGENHARIA**

PARTE VII – MODELO DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE VISTORIA

**(Timbre da Empresa)**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE VISTORIA**

A empresa \_\_\_\_\_, CNPJ nº \_\_\_\_\_, por intermédio do(a) Senhor(a) \_\_\_\_\_, indicado expressamente como seu representante, declara ter conhecimento das condições locais e do serviço a ser prestado através do Edital e seus Anexos, dispensando a necessidade de vistoria “in loco”.

Declara, ainda, que se responsabiliza pela dispensa e por situações supervenientes.

Declaro que me foi dado acesso às dependências do local onde serão executados os serviços, através de cláusula expressa no Edital e Anexos, ao qual dispensei por ter conhecimento suficiente para prestar o serviço com as informações prestadas no Termo de Referência / Projeto Básico e no Edital.

\_\_\_\_\_  
Responsável Técnico da Empresa

João Pessoa, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2016.

(Endereço, telefones, e-mails)